

# Uma leitura ambiental dos espaços livres públicos de Curitiba

**Autor:****Alan Ripoll Alves**

*Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento com pós-doutorados em Sustentabilidade, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Turismo, professor da Universidade Federal do Paraná, Curitiba*

DOI: 10.58203/Licuri.21891

**Como citar este capítulo:**

ALVES, Alan Ripoll. Uma leitura ambiental dos espaços livres públicos de Curitiba. In: Andrade, Jaily Kerller Batista (Org.). **Estudos e tendências atuais em Ciências Ambientais e Agrárias**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 118-129.

ISBN: 978-65-85562-18-8

## Resumo

A urbanização é provavelmente uma das principais transformações sociais da nossa era. Nesse contexto, os Espaços Livres (EL) se sobressaem por meio das partes do território não ocupadas pelos assentamentos e pelas infraestruturas viárias, relacionando-se entre si e com seu entorno sob a forma de Sistemas de Espaços Livres (SEL) públicos. Este estudo se propôs a analisar a participação dos EL públicos na formação do ecossistema urbano da cidade de Curitiba - PR, composto por dez Planos Regionais a partir do seu Plano Diretor, discutindo suas representações morfofuncionais no âmbito do bem-estar ambiental e sociocultural de seus habitantes. Além disso, buscou-se mensurar os riscos socioeconômicos causados pelo processo de ocupação nas proximidades dos EL públicos, bem como os efeitos dela decorrentes na valoração socioeconômica, política, ambiental e cultural desses espaços. As etapas metodológicas deste projeto envolveram: (i) o reconhecimento dos EL públicos a serem considerados em cada Plano Regional; (ii) a análise e a avaliação desses espaços conforme seus principais atributos; e (iii) a produção de um modelo de planejamento baseado na atual ordenação do SEL e em uma possível reestruturação do território através da análise e avaliação promovidas nas duas fases anteriores, fazendo-se uso dos instrumentos de pesquisa - fotografia, desenho manual, cartografia, iconografia e entrevista. Dentre os resultados encontrados, tem-se a observação de um subaproveitamento ou aproveitamento inadequado dos EL públicos na maior parte dos Planos Regionais de Curitiba, o que tende a comprometer o bem-estar de parte dos moradores e, conseqüentemente, o desenvolvimento da cidade em setores diversos.

**Palavras-chave:** Ordenamento urbano, Solo. Sustentabilidade urbana. Integração paisagística. Espaços urbanos. Performance urbano-ecológica.

## INTRODUÇÃO

Compreender os fenômenos que moldaram o cenário do qual fazemos parte sempre representou um grande desafio ao conhecimento humano. Desde as primeiras civilizações, passando pelos grandes impérios, até as organizações sociais contemporâneas, a sociedade buscou diferentes formas de se integrar ao meio, gerando manifestações que viriam a ser representadas de múltiplos modos, dentre os quais se destaca o do espaço edificado.

A princípio entende-se que a urbe se trate de uma materialização generalizada desse processo de edificação, sendo continuamente lapidada pela ação do tempo e das variáveis que acompanham o seu crescimento, de acordo com escalas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Segundo Sachs (2007), a urbanização é decididamente a principal transformação social da nossa era. Enquanto em 1800 as cidades abrigavam somente 3% da população mundial, mais tarde, entre 1950 e a virada do séc. XXI, o número de habitantes em centros urbanos no planeta quadruplicaria. Estima-se que as nações em desenvolvimento, entre 1950 e 2025, terão elevado a sua população urbana de menos de 200 milhões para cerca de 3,15 bilhões de pessoas, um contraste frente ao período de crescimento mais intenso nos países desenvolvidos, constatado entre 1840 e 1914, quando tiveram a população urbana aumentada em “apenas” cerca de cinco vezes (LIMA, 1996; GROSTEIN, 2001).

Associada a essa progressão geométrica na demografia urbana de ordem mundial, emergiria a necessidade de se adaptar às novas condições criadas, mesmo sabendo que o ritmo ditado pelas partes envolvidas desafiaria qualquer realidade até então encontrada. Jamais, em toda a existência humana, as cidades teriam chegado a proporções tão representativas em termos de concentração populacional e ocupação do espaço físico quanto nos dias atuais.

Sobre a importância de se estudar as cidades na esfera do planejamento urbano, Davis (2006) chama a atenção para o fato de que o crescimento populacional ocorrido nas cidades, nos últimos anos, levou-as a concentrar também maiores conflitos sociais e ambientais, tendo-se em vista a disputa por recursos naturais e melhor qualidade de vida entre seus habitantes (SACHS, 1986; LEFF, 2001; PELLING, 2003; VEYRET, 2007; FONSECA & BURSZTYN, 2009).

Para compreender a relação entre sociedade e ambiente urbano, mostra-se imprescindível discutir o papel que as cidades desempenham no presente, seu funcionamento, modo de produção e “reprodução”, as consequências que gera para a população e o ambiente natural, partindo do pressuposto de que nesse meio se dá a influência direta do contexto global sobre o espaço local, e vice-versa (IPEA, 1997; MEYER et al., 1998; GROSTEIN, 2001).

Na concepção de Sassen (2010), as cidades se sobressaem em um momento territorial ou escalar da dinâmica transurbana, podendo articular uma variedade de processos transfronteiriços e reconstituí-los com uma condição parcialmente urbana. Essa lógica, por sua vez, organiza grande parte dos investimentos das cidades de hoje, produzindo deslocamento e estranhamento entre muitos indivíduos e comunidades inteiras.

Sob essa perspectiva visualizam-se a partir das partes do território não ocupadas pelos assentamentos e pelas infraestruturas viárias, os Espaços Livres (EL), elementos relacionados entre si e com seu entorno, susceptíveis a mudanças impostas pelo tempo (TARDIN, 2008).

Na visão de Magnoli (1983), todos os espaços “livres de edificação” - descobertos (urbanos ou não), vegetados ou pavimentados, públicos ou privados - podem ser considerados EL.

O termo EL é impregnado de diferentes significados, sendo, muitas vezes, associado às funções de preservação, recreação, convívio e circulação em ambientes públicos e privados (MERLIN & CHOAY, 1988; RONCAYOLO, 2002). Esses espaços formam um “tecido pervasivo”, permeando todo o espaço urbano, justapondo-se ao sistema de objetos edificados e seu correspondente sistema de ações. São eles que, quase sempre, constituem o maior percentual do solo das cidades brasileiras, mesmo entre as mais populosas (LIMA, 1996).

No espectro da paisagem, abarcando o público e o privado, bem como os componentes orgânicos (vegetais ou não) e os inertes, os espaços livres de edificação representam uma alternativa às unidades territoriais (VALLARINO, 2010). Em um contexto criado pela dispersão urbana, no qual a urbanização descontínua pode levar ao baixo aproveitamento das estruturas existentes, à ocupação extensiva do território e à geração de problemas variados, como a impermeabilização do solo e o alto consumo energético, os EL podem representar a possibilidade de direcionar o processo de construção do

território e atuar a favor da coerência e complementaridade entre espaço livre e ocupado. Seu entendimento permite buscar estratégias de projeto que possibilitem reconhecer as oportunidades que “restam” em um território amplamente urbanizado e viabilizem a manutenção de seus atributos mais significativos, como recursos essenciais à sustentabilidade urbana (TARDIN, 2008).

Na escala de território, os EL podem fazer referência a características espaciais (tamanho, posição e elementos compositivos) e funcionais (o alcance, a repercussão, das funções que se realizam no seu âmbito) no interior dos conjuntos urbanos não ocupados ou outros. Entretanto, levando-se em consideração o fator da visibilidade, a análise dos EL territoriais tende a acontecer sobre as superfícies não ocupadas, protegidas por lei ou não, de propriedade pública ou privada, dotada de cobertura vegetal ou não, que demonstram potencial para a diminuição do território (TARDIN, 2008).

Os sistemas viários constituem, no Brasil, a maior parte dos EL públicos urbanos construídos. As legislações referentes ao parcelamento do solo, incidentes nos municípios brasileiros desde 1979, exigem que 35% da área da gleba sejam destinados às áreas públicas, sendo que 20% ou mais acaba por se constituir em espaços dos sistemas viários, restando aos “EL de uso público” em torno de 10% da área da gleba (QUEIROGA, 2014).

De acordo com Queiroga (2009), ocorre no Brasil e em outros lugares do mundo a organização de um Sistema de Espaços Livres (SEL) públicos, que constitui um complexo em inter-relação com outros sistemas, cujas funções podem com as dele coincidir ou apenas se justapor, tecendo conectividade e complementaridade com a preservação, a conservação e a requalificação ambientais, a circulação e drenagem urbanas, as atividades de lazer, o imaginário, a memória e o convívio social públicos.

A questão dos SEL públicos urbanos põe em discussão duas visões que não são excludentes, mas complementares. Uma primeira abordagem consideraria a organização do espaço a partir da distribuição de áreas livres voltadas ao desenvolvimento das atividades humanas no tecido urbano; uma posição que destacaria o primaziado caráter sociocultural do EL. Já uma postura voltada para a integração dos ecossistemas pressuporia a comunicação entre estruturas que promovessem a biodiversidade animal e vegetal, a drenagem e outros eventos, garantindo a manutenção dos sistemas envolvidos. Seria grosso modo uma condição ecossistêmica, na qual a base das intervenções priorizaria a manutenção, regeneração e recuperação dos aspectos biofísicos do EL (GALENDER, 2005).

Nesse panorama, os EL correspondem a alternativas válidas na planificação com antecedência em relação às propostas de ocupação urbana, podendo também participar, posteriormente, no remodelamento do tecido urbano, de acordo com as condições demonstradas pelas áreas a serem discutidas nesta pesquisa, no caso, os dez Planos Regionais de Curitiba - Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão, Santa Felicidade e Tatuquara - que compõem o Plano Diretor de Curitiba (PDC) (SMMA, 2020; IPPUC, 2020).

A cidade de Curitiba possui destaque internacional no que compete ao planejamento e à mobilidade urbanos, tendo entrado na esfera mundial do urbanismo por conta de um plano desenvolvido por Agache (1943) (CARMO, 2012; IPPUC, 2020).

No presente, Curitiba tem sua imagem atrelada às questões ambientais, dispondo de cerca de 18.00 % (2.397,33 ha) de sua área total ocupada por bosques, bosques de conservação, eixos de animação, jardinetes, jardins ambientais, largos, núcleos ambientais, parques, praças e Reservas Particulares dos Patrimônios Naturais Municipais (RPPNM), abrangendo, portanto, nesses meios os EL públicos (IPPUC/ SMMA, 2013).

No que compete às áreas verdes, nas quais se inserem os EL, o índice na cidade foi classificado como bom a partir da média entre as melhores e piores situações encontradas dentro da própria cidade. Obteve-se desde a década de 1980 cerca de 51,5 m<sup>2</sup> de área verde por habitante em uma cobertura florestal total de aproximadamente 18% em toda a cidade.

Essas proporções conferem um grau de destaque a Curitiba no país e no mundo, ainda que os contrastes, em termos de área verde por habitante (em m<sup>2</sup>), existentes entre os bairros sejam significativos. Contudo, novamente se levantam algumas variáveis a essas informações, como a que tipo de área verde se está fazendo referência - mata nativa, praticamente inexistente, ou vegetação secundária, parques, jardins, bosques, dentre outras representações? -; se de fato ela estaria aumentando nas últimas décadas - 15,06% (na década de 1980), 13,56% (na década de 1990) e 17,97% (em 2009) -, aspecto sujeito à desconfiança por se desconhecer o replantio em áreas novas ou pré-estabelecidas da cidade (IPPUC, 2010). Apoiada nesta hipótese, indaga-se: se o fator da concentração de áreas verdes em alguns bairros, em sua maioria localizados ao redor da região central, com leve concentração ao norte, possui relação com a renda média do município, maior na porção central, correspondendo essa distribuição a um possível indicador de desigualdade socioespacial, segundo apontaram Rosanelli et al. (2016)?

Partindo-se desse raciocínio, visou-se analisar através deste estudo a organização do SEL públicos nos dez Planos Regionais do PDC, irregularmente distribuídos, os quais possibilitavam reconhecer diferentes relações provindas de usos comuns desses espaços, nos âmbitos de suas potencialidades e fragilidades. Ademais, buscou-se mensurar através de qualificações fundamentadas em elementos biofísicos e perceptivos os riscos socioeconômicos causados pelo processo de ocupação nas proximidades dos EL públicos, assim como os efeitos dela decorrentes na valoração socioeconômica, política, ambiental e cultural desses espaços.

## METODOLOGIA

Como ponto de partida para o estudo in loco dos EL públicos dos Planos Regionais de Curitiba, determinaram-se alguns critérios, tidos como fundamentais para o reconhecimento e a classificação dos EL nesses locais: (a) posição geográfica; (b) fisiografia; e (c) estrutura urbana.

De modo a viabilizar essa primeira delimitação espacial, decidiu-se por adotar um enfoque interdisciplinar, o qual permitisse reforçar a ideia da existência de um SEL em detrimento de EL pontuais ou isolados, bem como reconhecer a complexidade de tais espaços e a sua pluralidade biofísica, urbana, perceptiva ou de outra ordem. Além disso, ao se interpretar os EL sob uma perspectiva sistêmica, pode-se compreender como a conformação territorial teria se dado não só internamente nos EL, mas também ao seu redor a partir do ordenamento urbano gerado.

Confrontando as metodologias existentes para este tipo de análise, verificou-se que o método de natureza transversal, aplicado por Tardin (2008), seria o mais compatível com os interesses desta proposta, haja vista sua abrangência e adaptabilidade, elementos tidos como essenciais dentro das particularidades de cada Plano Regional estudado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A concretização desta pesquisa pretendeu uma melhor compreensão sobre o SEL públicos no qual Curitiba se encontra organizada, permitindo associar processos históricos do seu desenvolvimento aos de concepção dos EL públicos, da mesma forma que projetar

conjunturas em que as potencialidades de cada Plano Regional possam ser especificamente exploradas dentro do PDC, contribuindo no cumprimento legislativo a eles ligado.

Ao se visualizar o EL público como meio de intersecção entre componentes essencialmente naturais e humanos, valorando-o socioeconômica, política, ambiental e culturalmente, pensa-se que o estudo deste conjunto sob essa perspectiva possibilitará entender outras relações mais complexas, de maior abrangência física, no sentido de fortificar um uso mais sustentável do território urbano ao motivar um aproveitamento mais intenso do EL público em detrimento de outras áreas verdes, elevando a sua conservação.

A busca por uma condição de homeostase urbana, na qual o equilíbrio das relações envolvendo a urbe em si, os elementos que dela fazem parte e os agentes naturais sobre eles atuantes, pode levar a um estado de ordenamento mais harmônico, duradouro e flexível às mudanças trazidas pelo tempo, reduzindo os custos em investimento.

A produção de um modelo de planejamento baseado na atual ordenação do SEL e em uma possível reinterpretação do território dos Planos Regionais a partir do levantamento das principais necessidades voltadas ao bem-estar da população e da aplicação de políticas mitigadoras dos riscos socioeconômicos diagnosticados nos EL permite gerar uma ferramenta útil em termos de gestão pública, haja vista o seu caráter holístico, colaborando cientificamente também para que outros estudos na área sejam promovidos de forma mais direcionada.

Por intermédio deste estudo, pode-se:

Identificar EL públicos dotados de representativo potencial no que tange ao uso de áreas verdes em significativo número nos Planos Regionais de Curitiba.

Observar um subaproveitamento ou aproveitamento inadequado dos EL públicos na maior parte dos Planos Regionais.

Evidenciar a necessidade de se repensar a ordenação do SEL e a reinterpretação do território dos Planos Regionais a partir do levantamento das principais demandas ligadas



ao bem-estar da população e da aplicação de políticas mitigadoras dos riscos socioeconômicos diagnosticados nos EL.

Constatar a defasagem de formas alternativas de uso dos instrumentos de planejamento, comunicadas à maior flexibilização dos mesmos e à construção de novas matrizes dentro do SEL.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prospecta-se encontrar, nos próximos anos, uma crescente disputa pelas adjacências dos EL analisados, em especial nos localizados mais próximos ao Plano Regional Matriz, e de outros não abrangidos pela pesquisa (situados no Núcleo Urbano Central - NUC), a interferência na sua organização e o caráter de “posse” transmitido por fazer desses locais públicos “grandes quintais” e mesmo, ponto de acesso principal às residências. Com base nesta condicionante, lança-se aqui o questionamento: até que dimensão pode se estender o conceito de público quando uma propriedade privada pode fazer dele um prolongamento do seu domínio, ainda que o território possa não ser fisicamente incorporado? Ainda existem campos a serem avançados em prol da acessibilidade, não somente do tradicionalmente visado - pessoas portadoras de deficiência e em faixa etária mais avançada -, como também de grupos que podem igualmente ser menos favorecidos em termos socioeconômicos e culturais, como os que se sentem inibidos de usufruírem de um espaço que igualmente lhes é de direito.

Indaga-se também se nos SEL públicos dos Planos Regionais considerados a fuga das interferências e tentativas de homogeneização/estereotipação dos EL se faz urgente, caso se queira preservar atributos locais e continuar mantendo a ocupação desses referenciais urbanos, vistos muitas vezes como pontos de escape às condições progressivamente sufocantes originadas nas cidades?

Acredita-se que Curitiba tal qual a cidade de Melbourne, na Austrália, em que um projeto intitulado “Visual da Floresta Urbana” (CITY OF MELBOURNE, 2020) foi desenvolvido, de modo a mapear as mais de 70.000 árvores presentes, tornando o cidadão participante desse processo de vigília, zelo e - por que não dizer? - posse, em um processo dialógico com a chamada Ciência Cidadã - em que a possibilidade de fornecer uma



contribuição científica por meio de um registro está ao alcance de qualquer pessoa, inclusive as não formalmente cientistas -, poderia permitir uma melhoria nos EL públicos locais, aumentando a diversidade, promovendo a participação popular nas políticas públicas, podendo minimizar os riscos socioeconômicos e contribuindo para o bem-estar ambiental e sociocultural da população local ao convocá-la para um maior envolvimento.

Embora as desigualdades socioeconômicas estejam presentes de forma significativa em Curitiba, à semelhança de outras capitais brasileiras, a presença de maiores áreas de EL públicos em bairros com menor renda média representa um contraste às demandas socioculturais e à tendência de valoração trazidas por EL públicos presentes em bairros com renda mais elevada. A origem colonial de alguns bairros, atrelada à formação e expansão da cidade sob uma orientação radial, a características agrícolas ainda possíveis de serem identificadas em alguns bairros da cidade, como na Lamenha e Lamenha Pequena, por exemplo, podem ser indícios de que não somente as áreas protegidas foram responsáveis pela maior presença de áreas verdes nos bairros não centrais, mas componentes ligados à ruralidade teriam contribuído para um processo de resistência ao crescimento urbano em determinados pontos da cidade, estendendo-se inclusive pelo NUC, que abrange pelo menos nove municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

## REFERÊNCIAS

CARMO, J. C. B. Alfred Agache e seu plano para Curitiba: técnica, institucionalização e o início do discurso da cidade planejada. *Urbana*, Campinas - SP, v. 4, n. 4, p. 29-51, mar. 2012.

CITY OF MELBOURNE. **Visual da Floresta Urbana**. Disponível em: (<http://melbourneurbanforestvisual.com.au/>). Acesso em: 03 nov. 2023.

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Mapoteca. **Mapa-base COMEC 2013**.

DAVIS, M. **Planeta favela** [Trad. Beatriz Medina]. São Paulo: Boitempo, 2006.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009.

GALENDER, F. C. A ideia de Sistema de Espaços Livres públicos na ação de paisagistas pioneiros na América Latina. *Paisagem em Debate*, FAU-USP, n. 3, nov. 2005.

GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos “insustentáveis”**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2020. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230440>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; INFURB - NÚCLEO DE PESQUISAS EM INFORMAÇÕES URBANAS. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**. Avaliação dos instrumentos de planejamento e gestão do uso do solo na Região Metropolitana de São Paulo. Brasília, Relatório 2, 1997, mimeo.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Agache**. Disponível em:

<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=192&idioma=1&titulo=Plano%20Agache>. Acesso em: 26 fev. 2020.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Diretor de Curitiba: controle ambiental e desenvolvimento sustentável - Análise de desempenho, 1970 a 2009** (Coord. Maria Teresa Bonatto de Castro e Marília Isfre Ravanello). Curitiba: IPPUC, 2010. 69 p.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Planos regionais**. 2020. Disponível em:

[http://planosregionais.ippuc.org.br/planos\\_regionais\\_geral.html](http://planosregionais.ippuc.org.br/planos_regionais_geral.html). Acesso em: 05 ago. 2020.

IPPUC/ SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Curitiba. **Área verde e lazer por tipo e extensão por bairro em Curitiba** - junho 2013. Disponível em:

[http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba\\_em\\_dados\\_Pesquisa.htm](http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm). Acesso em: 22 nov. 2015.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder** [Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth]. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

LIMA, C. P. C. S. **A natureza na cidade, a natureza da cidade**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MAGNOLI, M. M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

MERLIN, P.; CHOAY, F. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

MEYER, R. M. P.; LEME, M. C.; GROSTEIN, M. D.; BIDERMAN, C. **São Paulo Metrópole Terciária**. Entre a modernização pós-industrial e a herança social e territorial da industrialização. São Paulo: FAU-USP/ IPEA/ Cebrap, 1998. Relatório Final.

PELLING, M. **The vulnerabilities of cities: natural disasters and social resilience**. Londres: Earthscan, 2003.

QUEIROGA, E. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades e apropriações. In: TÂNGARI, V. *et al.* (Org.). **Sistema de espaços livres**. Rio de Janeiro: Proarq, UFRJ, 2009.

RIPOLL, A. A. **Meio ambiente e arquitetura - a participação identitária do agricultor familiar no contexto da imigração polonesa, na Região Metropolitana de Curitiba**. 364 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

RONCAYOLO, M. **Lectures de villes - formes et temps**. Marselha: Éditions Parenthèses, 2002.

ROSANELI, A. F. *et al.* Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 8, n. 3, set./dez. 2016, p. 359-374.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização** [Trad. Ronaldo Cataldo Costa]. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Curitiba. **Áreas verdes**. Disponível: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/estrutura/116>. Acesso em: 08 ago. 2020.

TARDIN, R. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. 255 p.

VALLARINO, A. (Org.) **(El vegetal en) el diseño del paisaje**. Montevideu: Universidad de la República/ Facultad de Arquitectura - Facultad de Agronomía, 2010. 148 p.

VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente** [Trad. Dilson Ferreira da Cruz]. São Paulo: Contexto, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, jul./dez. 2000, p. 29-37.